

**CONCEPÇÃO PERIFÉRICA LATINO-AMERICANA:
A INFLUÊNCIA ECONÔMICA CHINESA NA AMÉRICA LATINA**

ANDRADE, MÔNICA Ricardo de Vasconcelos¹⁰

RESUMO

O objetivo do presente artigo é demonstrar através do pensamento estruturalista, a influência chinesa nos países latino-americanos. Desta forma, procura-se apresentar a condição periférica nas relações comerciais entre a América Latina e a China, utilizando como referencial teórico o pensamento estruturalista latino-americano. Com base nisso, busca-se compreender como fomentou-se o crescimento chinês, iniciado na década de 80 e intensificado a partir dos anos 2000 e qual a influência econômica exercida nos países latino-americanos.

Palavras Chaves: Estruturalismo econômico; América Latina; China.

JEL Classificação: F1; F15; N16; N46; N76

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate, through a structuralist view, the Chinese influence in Latin American countries. In this way, we seek to present the peripheral condition in trade relations between Latin America and China, using Latin American structuralist thinking as a theoretical framework. Based on this, we seek to understand how Chinese growth was fostered, which started in the 1980s and intensified from the 2000s onwards and what economic influence was exerted on Latin American countries.

Key words: Economic structuralism; Latin America; China.

¹⁰ Bacharelada em ciências econômicas pelo Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta), vinculada ao Programa Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica do Unianchieta, protocolo de pesquisa 033/2019, modalidade VIC, sob a orientação do professor Paulo Daniel e Silva.

1. Introdução

Após décadas de baixo crescimento, os países latino-americanos pós anos 2000 vivenciaram um longo período de bonança e crescimento. Contudo, embora tenham aumentado sua empregabilidade, renda e o desempenho econômico populacional, permaneciam com um padrão de especialização de produção e das exportações centrada na exploração de recursos naturais (minérios, energia e alimentos) e de serviços de baixa tecnologia.

A estrutura econômica desenvolvida na América Latina ao longo dos anos 2000, recolocou limites e incertezas estruturais ao desenvolvimento da região, pois seu progresso ficou fortemente dependente da economia global, principalmente da China e da retomada estadunidense e europeia pós crise de 2008. A dinâmica econômica se estabeleceu mediante um conjunto de fatores internos e externos da América Latina.

Ao que se tange aos fatores externos, um dos principais motivos que desencadeou profundas transformações na América Latina, foi a ascensão chinesa, promovida principalmente a partir dos anos 2000. De acordo com Cintra e Pinto (2017), a elevação chinesa manifestou fortes transformações econômicas e estruturais na economia global, desenvolvendo uma série de reformas e variações em sua cadeia produtiva, iniciada em 1949 com a revolução chinesa e intensificada em 1978 com a abertura internacional do mercado chinês.

A principal ação chinesa desenvolvida, pós anos 2000, foi internacionalização do país com base no capital industrial chinês. A ação promovida, buscava remediar sua produção ociosa, uma vez que seu mercado interno não conseguia sustentá-lo sozinho. “Não se pode deixar de salientar também que esta intensificação mais recente dos investimentos no exterior, tanto em infraestrutura como na implantação de novas empresas multinacionais industriais, se articula com a necessidade de se sustentar a demanda pela produção doméstica excedente”. (CINTRA, PINTO, 2017, p.394)

A China por sua vez, transformou-se em um grande demandante de produtos naturais, pressionando o aumento da oferta referente a esse setor. Em contrapartida, tornou-se um dos países mais competitivos do mundo tratando-se de produtos de média e alta tecnologia devido ao seu alto desempenho, contando com uma forte ampliação tecnológica e uma farta mão de obra. “A rigor, a China consegue combinar de forma bastante eficiente a estratégia de gerar capacidade competitiva dentro do velho (custos reduzidos com elevadas economias de escala

de produção) e novo paradigma (inovação e agregação de conteúdo tecnológico) ” (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20)

O conjunto desses fatores, principalmente o processo de internacionalização chinês, aqueceu o mercado mundial. Entretanto, grande parte dos países latino-americanos não se especializaram e obtiveram um progresso tecnológico eficiente, ficando limitado a exploração de recursos naturais, acarretando na deterioração nos meios de troca e baixo poder competitivo. “No período 1980-2000, Brasil e Argentina não conseguiram recuperar seu dinamismo industrial, elevar sua competitividade internacional e aumentar as exportações de produtos de maior intensidade tecnológica.” (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.23).

O artigo em questão tem como objetivo, demonstrar a condição periférica latino-americana mediante a influência econômica chinesa. Para tal, o mesmo encontra-se dividido em três sessões, após uma breve introdução, obtendo como base o pensamento estruturalista latino-americana e dados numéricos extraídos da Cepalstat. Na primeira sessão busca-se apresentar o conceito estruturalista, focando no contexto histórico estrutural de centro e periferia.

Na segunda sessão, será demonstrado a trajetória do crescimento industrial chinês, destacando a transição da indústria agrária (1949) para a indústria manufatureira (1978) e a internacionalização chinesa a partir dos anos 2000. A terceira sessão busca unificar os estudos realizados na primeira e segunda sessão e os dados estatísticos extraídos da Cepalstat (2020), a fim de analisar o crescimento chinês na participação da intensidade importadora e exportadora da América Latina nos últimos 40 anos (1980 a 2019). Ao fim, encontra-se as considerações finais sobre o estudo.

2. Pensamento estruturalista na concepção centro e periferia

O pensamento estruturalista estuda a composição das atividades produtivas e tecnológica dos países latino-americanos em relação aos países centrais, levando em consideração características econômicas, sociais e políticas. É inerente a tal, as concepções de crescimento, desenvolvimento, industrialização, emprego, distribuição de renda, progresso tecnológico e educação.

A forma de pensar estruturalista se fortificou após a criação da Cepal (Comissão econômica para América Latina e Caribe) em 1948 pelo economista Raul Prebisch. A

comissão foi fundada com o intuito de estudar a América Latina utilizando como referencial teórico o pensamento estruturalista latino-americano.

A principal base do pensamento estruturalista é a relação entre centro e periferia. Enquanto a periferia tem atraso em sua estrutura produtiva com especialização heterogênea, o centro possui diversidade em sua produção industrial sendo ele homogêneo em seus diferentes ramos. “As diferenças devem ser encontradas no fato de que as economias periféricas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais.” (BIELSCHOWSKY, 2020, p.7). Essa estrutura causa uma disparidade econômica que pode ser destrinchada com base em suas características.

Segundo Street (1967, p.55, apud Oreiro, 2012), os desajustes estruturais dos países periféricos são causados por fatores externos e internos. O desequilíbrio está nas externalidades referente a importação e exportação onde, os produtos primários sofrem uma desvalorização em relação aos produtos manufaturados, uma vez que exportamos produtos com baixa tecnologia e importamos produtos com alta tecnologia. Outro ponto desequilibrante está nos fatores internos, como: Excesso de mão de obra, urbanização prematura, exportação dos setores de serviços, atraso na produção agrícola, fraco mercado interno e um sistema tributário ineficiente.

O conjunto desses fatores é a principal causa do atraso e fragilidade econômica dos países latino-americanos. Com isso, é possível observar um processo histórico estrutural onde, a economia dos polos periféricos conta com características específicas desde sua formação, assim como os países centrais.

“Admite-se que nos países centrais esse progresso ou os métodos indiretos de produção que ele gera se difundem em um lapso relativamente breve para a totalidade do aparelho produtivo. Isso porque nesses países a escassez de mão de obra e a presença de organizações sindicais permitem que ao longo da evolução econômica ocorra o aumento dos salários reais, o que incentiva a contínua emergência de inovações tecnológicas destinadas a substituir trabalho por capital.” (OREIRO, 2012, p.10)

Conforme observado, é possível compreender que os países desenvolvidos contam com características opostas as dos países subdesenvolvidos como, a escassez da mão de obra e a forte presença sindical, que por sua vez incentiva a inovação tecnológica gerando crescimento e desenvolvimento, isso faz, com que esses países desenvolvam a longo prazo

um processo contrário à dos países periféricos, exportando produtos manufaturados e importando produtos primários.

Parte desse pressuposto a engrenagem para o desenvolvimento produtivo de um país, sendo ele o principal fator que impulsiona a inovação tecnológica e o aumento de capital, que por sua vez gera emprego e renda. Isso é essencial para a mobilidade de recursos, caminho a homogeneidade tecnológica produtiva. “Ademais, a mobilidade dos recursos produtivos tende a igualar a remuneração nos diversos ramos de atividade” (RODRIGUEZ, 2009 apud Oreiro, 2012, p.11)

A estrutura periférica além de ser totalmente dependente agrária, conta com uma população inflada gerando excesso de mão de obra, impulsionando os salários para baixo e retaliando em seu investimento produtivo tecnológico. Uma forte característica periférica é a heterogeneidade produtiva, devido sua alta produção nos setores primários o investimento tecnológico ocorre de forma intensiva apenas nas áreas de exportação de produção agrária, gerando além de pouca diversidade uma disparidade nos diversos ramos de produção.

“Na periferia a evolução econômica parte de um relativo atraso inicial e, ao transcorrer um período chamado de desenvolvimento para fora”, as novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados.” (OREIRO, 2012, p.11)

Além disso, ocorre uma deterioração dos termos de troca em meio a esse processo, os países subdesenvolvidos sofrem com um deficit na balança de pagamento, sendo sua principal característica a exportação de commodities, é inerente uma defasagem em seu resultado final, uma vez que a maior parte dos produtos manufaturados são importados. “Essa diferenciação é ampliada pela tendência à deterioração dos termos de troca, ou seja, tendência de que os preços de exportação dos produtos primários apresentem uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. ” (OREIRO, 2012, p.11). Isso por sua vez gera desigualdade nas relações de troca.

É possível observar mediante a análise uma disparidade histórica em relação aos polos. O pensamento estruturalista propõe, um estudo histórico e social de ambas as partes. Para tal, o “desenvolvimento para fora” é necessário inicialmente para a geração de renda e riqueza, contudo, posteriormente deve ser trabalhado o processo do “desenvolvimento para dentro” para o desenvolvimento real, com o avanço tecnológico, industrialização em massa, ampliação de produções industriais, para que seja possível o aumento de empregos e salários.

A América Latina aprofundou sua condição periférica devido sua estrutura, mas acima de tudo devido a política estabelecida pelos países, observa-se isso, mediante a deterioração dos meios de troca, baixa tecnologia desenvolvida, heterogeneidade produtiva, desemprego e sua distribuição de renda, impactando diretamente em seu crescimento e desenvolvimento. De acordo com Rodriguez (2009) embora tenha se estimulado o “desenvolvimento para fora” (entrada de recursos mediante a exportação de commodities), faltou, com o “desenvolvimento para dentro” (industrialização e produtividade).

Entende-se, é inerente ao sistema capitalista polos centrais e periféricos, a China por sua vez, ampliou a condição periférica da América Latina ao entrar no mercado mundial, tal processo já iniciado pelos Estados Unidos antes dos anos 2000. O aprofundamento das importações de produtos manufaturados criou uma barreira para a indústria nacional, e as exportações de produtos primários tornaram essa relação ainda mais profunda.

3. Desenvolvimento industrial chinês

Em 1949 a China passou por um processo de transição política, culminando em intensas mudanças e transformações econômicas ao país, principalmente em seu processo industrial e produtivo. A sequência das medidas instituídas pelo governo chinês ao decorrer dos anos, iniciado mediante a presente transição, é que tornou possível o desenvolvimento da indústria chinesa.

Na era maoísta (1949-1976), inicializou-se um forte processo de industrialização no país com base na economia agrária, contudo, este se deu com a maior parte de sua população instalada na zona rural. “Contrariando a trajetória clássica de países em desenvolvimento, o processo de industrialização chinês não foi acompanhado de urbanização, e, durante os 30 anos da fase maoísta, a composição da força de trabalho permaneceu quase inalterada e majoritariamente agrária” (NOGUEIRA, 2019, p.37).

A economia chinesa estava estabelecida em comunas, pequenos polos, criados para a subsistência da população, sendo todo o excedente produzido nas comunas transferido para o investimento na indústria pesada. A industrialização chinesa iniciou a partir da década de 50, entretanto grande parte de seu crescimento estava submetida a indústria pesada. “A indústria pesada chegou a representar 66,6% do produto industrial bruto em 1960” (NOGUEIRA, 2019, p.35). De acordo com Nogueira (2019) a China baseava seu crescimento no

investimento realizado, e isso ficou claro, com o aumento dos níveis de investimento chinês que saíram de 10% do PIB em 1952 para 36,5% em 1978.

O grande problema dessa linha de crescimento produtivo era a falta de incentivo que os camponeses encontravam, devido uma série de medidas políticas instituídas por Mao. “O argumento mais comum para o fraco desempenho da produtividade agrícola chinesa se baseia na falta de incentivos materiais para o trabalho em um sistema comunal” (NOGUEIRA, 2019, p.42). O alto investimento na indústria pesada causou um desequilíbrio nas comunas, principalmente no que se refere a produção, uma vez que a comunidade não enxergava aumento de ganho com o trabalho produzido.

Em 1978, Deng Xiaoping assume o poder logo após a morte de Mao. Mediante o cenário econômico encontrado, Deng Xiaoping observou que seria necessário a realização de algumas reformas, onde a princípio desestimularia a agricultura, entretanto, seria uma possibilidade de aquecer a economia e a produção, uma vez que a China vinha sofrendo uma forte estagnação em sua produtividade. A primeira medida instituída por Deng foram os contratos de responsabilidade, autorizando a comercialização do excedente produzido gerando incentivo e aumento da produção. Conforme citação abaixo, podemos observar um crescimento considerável após essa medida.

“Pela lógica da grande estratégia e do peso político das zonas rurais, as reformas econômicas buscaram seu primeiro tento com a implantação dos contratos de responsabilidades entre as famílias camponesas e o Estado, numa instituição de cotas de produção a serem entregues – pelas famílias – ao Estado, seguida a permissão a comercialização do excedente produzido. Com resultado dessa política, em 1984 a produção de cereais alcançou recorde de 407,3 milhões de toneladas.” (JABBOUR, DANTAS, 2017, p.5)

A comercialização do excedente aqueceu a economia e a produção chinesa, causando grande migração dos trabalhadores do campo para as TVE's (Township and Village enterprise), os famosos vilarejos que se formaram ao entorno das comunas. De acordo com Jabbour (2017), essa mudança no padrão de industrialização com o deslocamento dos trabalhadores do campo para os vilarejos, foi responsável pelos três principais motivos que tornaram possível a expansão econômica, sendo elas, a especialização produtiva, diferenciação entre agricultura e indústria e superação das barreiras, conseqüentemente houve aumento de renda e produtividade.

“A China pós 1978 pode ser percebida como uma variante de via americana, ou seja, um processo de industrialização apoiado numa ampla economia de mercado que se expande do campo as cidades cujas induções de tipo institucionais potencializam a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais indústrias” (JABBOUR, DANTAS, 2017, p.6)

É possível perceber nesse momento, uma clara mudança no processo de produção e acumulação chinesa, anteriormente tínhamos uma China com forte viés agrário, com sua acumulação imobilizada nas mãos do estado através do excedente produzido nas comunas, pós reformas em 1978, estávamos a caminho de mudanças estruturais no processo de acumulação e produção, deslocando grande parte dos trabalhadores do campo para as TVE's e ampliando a economia chinesa, fortalecendo a parceria entre o estado e os camponeses, com isso, iniciando um forte processo de industrialização, principalmente na indústria leve de produtos manufaturados.

Neste período, não apenas a China passava por mudanças e transformações internas, mas também o mercado mundial, que vivia um processo de internacionalização através das ETN's (Empresas transacionais) em busca de novos mercados a fim de aumentar sua capacidade produtiva e maximizar seus lucros. “Os fluxos de investimento direto na década de 50 e 60 estiveram associados a transnacionalização das grandes cooperações norte americanas em direção a Europa e a periferia” (SARTI, HIRATUKA, 2010, p.4).

O fluxo de investimento direto externo recebido pela China através das ETN's, se intensificaram na década de 70 com a abertura do mercado chinês. O conjunto de reformas internas e o investimento externo, culminaram em um resultado extremamente positivo. A tecnologia e investimento trazidos pelas empresas transacionais elevou a produção chinesa a níveis superiores, transformando pequenos produtores em potenciais industriais, conforme citação.

A China pós 1978 pode ser percebida como uma variante de via americana, ou seja, um processo de industrialização apoiado numa ampla economia de mercado que se expande do campo as cidades cujas induções de tipo institucionais potencializam a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais indústrias” (JABBOUR, DANTAS, 2017, p.6)

Em 1999 no 16º Congresso do Partido Comunista, a China estabeleceu novas medidas políticas referente a sua economia. De acordo com CINTRA e PINTO (2017), os principais

objetivos dessas medidas eram, estabelecer o aumento do investimento direto externo das corporações chinesas, atribuindo liberdade a essas empresas para se locomoverem, criar novos meios de financiamento, reduzir o controle de capitais e aumentar a qualidade de seus projetos. Contudo, o intuito principal de sua expansão era sustentar a demanda para o excedente produzido internamente.

Desta forma, inicialmente a expansão do investimento direto externo chinês se desenvolveu devido a capacidade ociosa existente em sua indústria pesada. “No curto prazo, constitui-se um movimento de exportação de investimentos com o objetivo de garantir demanda para a capacidade produtiva ociosa disponível na indústria pesada.” (CINTRA, PINTO, 2017, p.394)

Observa-se que a expansão do IDE chinês ocorreu mesmo quando existia forte potencial de expansão no mercado interno. Nesse sentido, Acioly, Pinto e Cintra (2011) e Deng (2013) apontaram os quatro principais eixos explicativos desse processo: i) garantir acesso às fontes de recursos naturais por meio de uma política agressiva de investimentos externos liderados por grandes empresas estatais; ii) buscar maior competitividade para as firmas chinesas; iii) obter maior tecnologia para as corporações chinesas por meio de aquisição de empresas estrangeiras, notadamente na Europa e nos Estados Unidos; iv) garantir demanda no curto prazo para a capacidade produtiva ociosa da indústria pesada chinesa; e v) aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia e seu entorno, por meio da realização dos investimentos, com destaque para os megaprojetos de infraestrutura (CINTRA, PINTO, 2017, p.395)

Deste modo, é possível observar uma grande participação estatal na economia chinesa, desenvolvendo medidas políticas de curto e longo prazo, financiando e incentivando o investimento interno, potencializando suas indústrias, gerando tecnologia, renda e emprego. “É preciso observar que a internacionalização da China foi e é fortemente comandada por seu Estado que buscou fortalecer suas estratégias de desenvolvimento” (CINTRA, PINTO, 2017 p.394). A estratégia chinesa pós anos 2000 era expandir suas empresas a nível mundial, logo, que sua capacidade produtiva estava extremamente elevada.

Desde então, a China vem ganhando espaço no mercado mundial, ampliando a capacidade produtiva de suas empresas, gerando tecnologia, aumento de renda e emprego. É possível perceber que em 1999 no 16º congresso comunista, houve uma intensificação da

parceria entre o estado e as corporações, a fim de buscar o crescimento e desenvolvimento comum.

A internacionalização através da ampliação do I.D.E (investimento direto externo) chinês, possibilitou a América Latina receber grande parte desse capital. Na próxima sessão busca-se destrinchar, os impactos que a China nos dias atuais, posicionando-se como um país central, vem causando na América Latina, tanto do ponto de vista de importação quanto de exportação, com base no pensamento estruturalista latino-americano.

4. As relações comerciais entre China e América Latina

O processo de internacionalização mundial intensificado através da ETN's, proporcionou a economia mundial um cenário mais intenso e competitivo. Na década de 70 a China foi receptora de grande volume de I.D.E norte americano, lhes proporcionando um elevado grau de tecnologia e desenvolvimento. De acordo com SARTI, HIRATUKA (2010), grande parte da internacionalização norte americana teve como principais destinos a Europa e as periferias. A China por sua vez, ao possuir amplo território e grande volume de mão obra disponível tornou-se um destino cobiçado das ETN's.

Até a década de 70 a China possuía uma economia com base agrária de subsistência, em 1978, se determina uma nova estrutura produtiva e distributiva no país. O crescimento chinês se desenvolveu de forma rápida e acelerada, porém, para tal, se fez necessário a estruturação de processos e mudanças durante as décadas 80 e 90, estabelecendo reformas importantes, principalmente no setor industrial, utilizando mecanismos políticos para o desenvolvimento da indústria interna através do I.D.E recebido, apropriando-se e desenvolvendo tecnologia por intermédio das empresas transacionais.

A partir dos anos 2000 a China inicia a internacionalização chinesa, desta forma, ao abrir sua economia ao mercado internacional e estabelecer mudanças internas em sua produção, impacta não somente a sua economia, mas também as demais economias ao entorno do mundo, tanto do ponto de vista de demanda quanto de oferta. “A escala e a velocidade do processo de desenvolvimento Chinês não apenas tem estimulado a demanda por importações de produtos manufaturados dos demais países da região asiática, como também crescentemente tem elevado a demanda por produtos primários agrícolas e minerais.” (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20).

O novo cenário econômico estabelecido pela China impactou todas as economias mundiais, forçando-as a adaptarem-se a recente dinâmica ajustada. O desempenho chinês chocou o cenário mundial como um todo, mas principalmente a América Latina, devido sua alta demanda pelo setor primário. Este impacto se intensificou principalmente a partir dos anos 2000, com a expansão internacional das empresas transacionais chinesas.

É possível analisar nas tabelas abaixo, o aumento gradativo da participação chinesa nos países latino-americanos a partir da década de 80, embora, permanecendo os E.U.A como principal parceiro comercial da América Latina, detendo aproximadamente 36,39% das importações de commodities e 42,05% das exportações, considerando os últimos dez anos.

A China pós reforma (1978), ampliou suas relações comerciais com a América Latina, ficando atrás apenas dos E.U.A, contando com uma participação de 17,39% nas importações e 8,77% nas exportações (2010-2019). Embora sua participação percentual no total das operações seja menor que a dos E.U.A, seu crescimento é superior (análise feita dos últimos 40 anos, dividido por decênios), de acordo com os dados abaixo, o crescimento participativo chinês se intensifica principalmente na década de 2000 a 2009, comparado ao decênio anterior, contando com um aumento de 18,29 (importação) e 10,39 (exportação) contra 1,78 (importação) e 2,61 (exportação) dos E.U.A.

Tabela 1 – Intensidade Exportadora ¹¹- Período 1970-2019 (10 anos)

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	187985	33	-	EUA	961359,4	48,52	5,11	EUA	2509627	47,56	2,61	EUA	3880102	42,05	1,55
CHINA	7271,71	1,28	-	CHINA	19506,17	0,98	2,68	CHINA	202610,5	3,84	10,39	CHINA	809440,5	8,77	4
TOTAL	569674	100	-	TOTAL	1981379	100	3,48	TOTAL	5277005	100	2,66	TOTAL	9226384	100	1,75

Fonte: Cepalstat- Elaboração Própria

¹¹ Intensidade Exportadora – Total de todas as mercadorias exportadas da América Latina

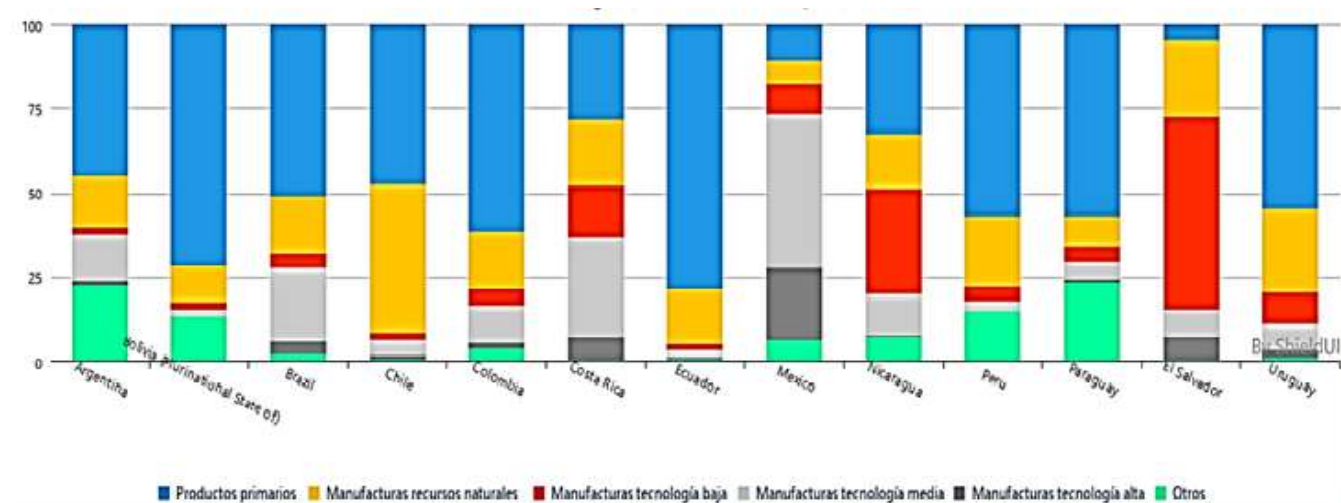
Tabela 2 – Intensidade Importadora¹² - Período 1970-2019 (10 anos)

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	160614	33,53		EUA	827423,8	50,85	5,15	EUA	1476343	36,37	1,78	EUA	2565844	36,39	1,74
CHINA	3938,6	0,82		CHINA	22495,2	1,38	5,71	CHINA	411409,2	10,14	18,29	CHINA	1226203	17,39	2,98
TOTAL	479034	100		TOTAL	1627276	100	3,4	TOTAL	4059061	100	2,49	TOTAL	7051349	100	1,74

Fonte: Cepalstat- Elaboração Própria

Os países latino-americanos foram extremamente suscetíveis a escalada chinesa, devido suas características periféricas, principalmente no que se refere a baixa tecnologia e alto índice de produção de commodities, por esse motivo, percebe-se o crescimento acentuado ao decorrer das décadas nas relações comerciais entre a China e a América Latina.

Entretanto, ao analisar os principais países latinos, percebemos uma disparidade do México em relação aos demais países, no que se tange a intensidade tecnológica.

Gráfico 1- Intensidade Tecnológica¹³ dos países latino-americanos (2018)

Fonte: Cepalstat

Mediante análise gráfica, (Cepalstat, 2020), podemos percebermos que uma forte característica da América Latina é a alta produção de manufaturas de recursos naturais, mas

¹² Intensidade Importadora: Total de todas as mercadorias importadas pela América Latina.

¹³ Intensidade Tecnológica: Refere-se ao total de produtos e manufaturas produzidas, separados por manufaturas de baixo, média e alta tecnologia.

principalmente de produtos primários, liderando a intensidade tecnológica dos países latino-americanos.

Contudo, ao observar o México nota-se que este possui uma estrutura distinta dos demais países pertencentes a América Latina, possuindo uma forte produção de manufaturas de média tecnologia e baixa produção de produtos naturais. “... apenas o México se compara ao desempenho dos países asiáticos, uma vez que se observa nos demais países uma nítida regressão e especialização da pauta, com aumento do peso das *commodities* primárias no total exportado”. (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20)

Os principais fatores da construção estrutural mexicana é a sua aproximação aos Estados Unidos e a incorporação ao NAFTA, proporcionando-lhes maior flexibilidade nas negociações e expansão comercial. De acordo com SARTI, HIRATUKA, 2010, é importante ressaltar que embora o México tenha recebido altos investimentos estadunidense, ele não se modernizou tecnologicamente, uma vez que o excedente era remetido ao exterior. Desta forma, compreende-se que mesmo o México obtendo uma estrutura industrial diferente dos demais países latino-americanos sua realidade periférica mantinha-se.

De fato, apenas o México se inseriu de maneira importante na organização dos sistemas internacionais de produção levados à frente pelas ETN, principalmente na eletrônica e no setor automotivo. Nesse processo foi fundamental a incorporação do país ao NAFTA, principalmente em razão da aplicação das regras de origem, o que no caso da indústria automotiva, possibilitou às empresas americanas reduzir custos para enfrentar o desafio imposto pelas empresas japonesas em seu próprio mercado. Em 1998, as montadoras norte-americanas instaladas no México foram responsáveis por 70% das exportações mexicanas de veículos. Nesse mesmo ano, do total de importações de automóveis dos Estados Unidos, 13% provinham do México, contra apenas 0,6% em 1995 (Mortimore, 2000). (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20)

De acordo os dados analisados, levando em consideração as disparidades estruturais encontradas entre o México e os demais países latino-americanos, foi realizada uma segunda abordagem, observando a intensidade exportadora e importadora da região, excluindo o México. Após a análise, é possível observar de acordo com as tabelas desenvolvidas abaixo, uma abrupta mudança nos resultados apresentados inicialmente nas tabelas anteriores com a presença México.

Tabela 3 – Intensidade Exportadora sem o México Período 1970-2019 (10 anos)

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	131368	27		EUA	330677,7	26,88	2,52	EUA	738861,6	23,22	2,23	EUA	1097899	19,26	1,49
CHINA	6762,49	1,39		CHINA	18556,41	1,51	2,74	CHINA	185555,4	5,83	10	CHINA	750529,1	13,17	4,04
TOTAL	486614	100		TOTAL	1230363	100	2,53	TOTAL	3181707	100	2,59	TOTAL	5700625	100	1,79

Fonte: Cepalstat – Elaboração Própria

Tabela 4 – Intensidade Importadora sem o México Período 1970-2019 (10 anos)

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	113337	27,7		EUA	230582,6	28,4	2,03	EUA	256458,8	13,66	1,11	EUA	699156,8	22,27	2,73
CHINA	3568,39	0,87		CHINA	14759,55	1,82	4,14	CHINA	235359,7	12,54	15,95	CHINA	563917,5	17,96	2,4
TOTAL	409170	100		TOTAL	812027,8	100	1,98	TOTAL	1877504	100	2,31	TOTAL	3139325	100	1,67

Fonte: Cepalstat – Elaboração Própria

Do ponto de vista de exportação, comparando o período de 2010 a 2019 com a década anterior, tínhamos uma diferença de 33,28 pontos percentuais dos Estados Unidos em relação a China, e agora com a exclusão do México, essa diferença percentual cai para 6,09, quanto a importação, a diferença percentual dos Estados Unidos em relação a China, caiu de 19 para 4,31 pontos percentuais, obtendo no resultado final praticamente a mesma participação entre ambos, tanto de importação quanto de exportação, ao excluir o México.

Essa disparidade pode ser compreendida, observando o grande volume negociado pelo México nas operações de compra e venda de commodities no conjunto latino americano, percebe-se que ao retirar as operações mexicanas do aglomerado, esta perde 55,47% do seu poder de compra e 38,21% do poder de venda, considerando os últimos 10 anos (2010-2019).

5. Considerações Finais

Ao longo do artigo observou-se que as relações comerciais entre os países latino-americanos e a China, intensificam a condição periférica da América Latina. Os impactos remetidos aos países latinos foram de extrema dependência, devido a estagnação em seu padrão de especialização de produção e suas exportações centrada na exploração de recursos naturais e de manufaturas de baixa tecnologia.

A China desenvolveu ao longo dos anos, principalmente pós anos 80, uma intensa rotina na especialização e progresso técnico em seu setor industrial, ao sentido em que aumentava sua produção de alta tecnologia, diminuía sua oferta de produtos naturais. Até os anos 2000 a China ficou marcada como uma forte produtora de produtos de média tecnologia, pós anos 2000, sua produção migrou para produtos com mais qualidade e avanço tecnológico.

Essa ação impactou diretamente os países periféricos, intensificando e ampliando a concorrência mundial, uma vez em que o mundo estava mergulhado em manufaturas produzidas na China, contando com um processo tecnológico em ascensão e ampla mão de obra barata e disponível.

Com isso, as relações comerciais ficaram cada vez mais próxima da teoria das vantagens comparativas, onde o país comercializa aquilo que é competitivo, a grande questão é que, se o país não é competitivo na produção de tecnologia, ele se abstém de busca-lá e continua em seu processo produtivo padrão sendo ele de recursos naturais, isso por sua vez intensifica ainda mais sua condição periférica.

A estrutura dos países latino-americanos historicamente é periférica, ao que se refere as relações comerciais entre a América Latina e a China, fica claro a intensificação dessa condição. Ao analisarmos seu processo produtivo, assim como sua intensidade tecnológica, observa-se uma forte produção em recursos naturais, isso significa, que além de ser uma economia extremamente heterogênea possui baixa capacidade produtiva tecnológica sem planejamento algum de desenvolvimento desse setor no país, ampliando o processo de deterioração dos meios de troca.

Desta forma considera-se, que as relações periféricas da América Latina se intensificaram com a entrada da China no mercado mundial. Observou-se ao decorrer dos estudos, que a essa relação só não é intensa por conta do México, que embora possua uma sólida parceria com os Estados Unidos e um forte teor de produção tecnológica em sua região,

ainda permanece tão dependente e periférico dos Estados Unidos, quanto os demais países latino-americanos em relação à China.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, R.. Do “ Manifesto Latino-americano” de Raúl Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na Cepal. Revista de Economia Contemporânea, vol.24 n°1, p. 1-25, Rio de Janeiro, 2020, publicada 27/abril/2020.

OREIRO, J.L. A tradição estruturalista em economia, setembro, 2012.

RODRIGUEZ, O. Livro: O estruturalismo latino-americano. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2009

JABBOUR, E e DANTAS, A. A economia Política das Reformas e a presente transição chinesa. Brazil. J. Polít. Econ. (Online), vol. 37, n°4, 2017, p.789-807. ISSN 1809-4538, <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>.

SARTI, F e HIRATUKA, C. Industria Mundial: Mudanças e tendências recentes. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 186, dezembro 2010. ISSN 0103-9466

CINTRA, M e PINTO, E. China em transformação: Transição e estratégia de desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 37, n° 2 (147), pp 381-400, abril-junho/2017.

NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. Revista Carta Inter. Belo Horizonte, v. 14, n°2, p. 27-51, 2019.

CEPALSTAT, 2020, <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>, acesso 20/04/2020.